

Maria Otília Brites Zangão
(Organizadora)

PESQUISA EM ALEITAMENTO MATERNO:

Empoderar o enfermeiro



Atena
Editora
Ano 2021

Maria Otília Brites Zangão
(Organizadora)

PESQUISA EM ALEITAMENTO MATERNO:

Empoderar o enfermeiro

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^a Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof^a Dr^a Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^a Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof^a Dr^a Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federac do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miraniilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Pesquisa em aleitamento materno: empoderar o enfermeiro

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadora: Maria Otília Brites Zangão

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P474 Pesquisa em aleitamento materno: empoderar o enfermeiro / Organizadora Maria Otília Brites Zangão. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-422-8

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.228211908>

1. Enfermeiro. 2. Aleitamento materno. I. Zangão, Maria Otília Brites (Organizadora). II. Título.

CDD 610.73

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

PREFÁCIO

A obra “Pesquisa em Aleitamento Materno: Empoderar o Enfermeiro”, tem como foco principal contribuir para o empoderamento dos enfermeiros e outros profissionais de saúde, na tomada de decisões e de colaboração no Aleitamento Materno, mediante a apresentação de 6 capítulos que versam a temática do Aleitamento Materno sob várias perspectivas.

A obra abordará de forma categorizada pesquisas desenvolvidas por estudantes do Curso de Mestrado em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica da Escola Superior de Enfermagem São João de Deus da Universidade de Évora, na Unidade Curricular – Aleitamento Materno.

Partindo da premissa da Organização Mundial da Saúde, recomendando que os bebés sejam amamentados exclusivamente de leite materno até aos seis meses de idade e que este leite faça parte da sua dieta até atingir os dois anos de idade, trazendo inúmeros benefícios, não só para a criança, como também para a mãe. O leite materno leva ao estabelecimento de uma microbiota intestinal que afeta profundamente a maturação do sistema imunológico do recém-nascido. Sendo a microbiota intestinal um dos principais fatores conhecidos por afetar o sistema imunológico, apurámos, que o aleitamento materno durante o primeiro semestre de vida contém uma série de oligossacarídeos naturais que estimulam o crescimento de bactérias no intestino do bebé. Em outros estudos, verificou-se que as crianças amamentadas têm um Quociente de Inteligência e neuro desenvolvimento mais elevado, comparando com crianças não amamentadas, tendo em conta a duração do aleitamento materno exclusivo, ou seja, quanto maior for o tempo que a criança recebe leite materno de forma exclusiva, maior é o seu Quociente de Inteligência e/ou neuro desenvolvimento.

Considerámos ainda relevante compreender a funcionalidade e benefícios da existência dos bancos de leite humano, observando a sua importância na promoção do aleitamento materno.

A amamentação é um processo biológico e fisiológico. Contudo, a mulher que amamenta faz parte e integra um contexto familiar, social, económico, religioso e político que afeta a decisão da mulher no e durante o processo de amamentação. Especificamente, constatou-se que o pai, pode ter uma influência positiva ou negativa, na duração e na satisfação da mãe em relação ao processo de amamentação. Assim, também o pai deve ser envolvido no processo de amamentação, com intervenções dirigidas e com enfoque nos ensinamentos.

O Método de Cuidado Mãe Canguru, para além do envolvimento da mãe, também possibilita o envolvimento do pai, uma vez que o contato precoce pele a pele, entre a mãe/pai e o filho prematuro ou de baixo peso ao nascer, estimula a amamentação e traz

vantagens para a tríade. Nas equipas de profissionais de saúde com formação sobre este método, existe uma maior adesão desses profissionais, porque conseguem perceber os benefícios do método.


Não nos foi indiferente a incerteza em torno do aleitamento materno e a vacinação contra a infeção por SARS-CoV-2. Verificámos que as vacinas não devem ser recusadas a lactantes que de outra forma satisfaçam os critérios de vacinação, pois os benefícios da amamentação superam os riscos da administração da vacina para o lactente, devendo esta decisão final ser tomada pela mulher juntamente com os profissionais de saúde, tendo em conta as suas condições de saúde, sociais, familiares e profissionais.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

IMPLICAÇÕES DO LEITE MATERNO NA FORMAÇÃO DA MICROBIOTA INTESTINAL E RELAÇÃO COM DESENVOLVIMENTO DE ALERGIAS


Ana Filipa da Silva Poeira
Alexandre Miguel Mourato Dias
Lúcia Marisa Moreira Nunes Condinho
Maria Otilia Brites Zangão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2282119081>

CAPÍTULO 2..... 16

A INFLUÊNCIA DO ALEITAMENTO MATERNO NO QUOCIENTE DE INTELIGÊNCIA (QI) E NEURODESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS: REVISÃO DA LITERATURA


Rafaela Alexandra Veiga de Albuquerque e Castro
Sofia Maciel Correia
Telma Filipa Palma Salgueiro
Maria Otilia Brites Zangão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2282119082>

CAPÍTULO 3..... 30

BANCOS DE LEITE HUMANO


María Cristina Navarro Rodríguez
Saul Herrador Reverendo
Susana Isabel do Vale Martins Soeiro Delgadinho
Maria Otilia Brites Zangão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2282119083>

CAPÍTULO 4..... 43

A IMPORTÂNCIA DO PAI NO ALEITAMENTO MATERNO: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Raquel Alexandra Celestino Hipólito
Tânia Sofia Metrogos Molero
Maria Otilia Brites Zangão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2282119084>

CAPÍTULO 5..... 52

EFEITO DO MÉTODO DE CUIDADO MÃE CANGURU: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Javier Morano Carranza
Ana Belén Martín Gutiérrez
Jose Alba Bainouni
Cristina Margarida Manjate
Maria Otilia Brites Zangão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2282119085>

CAPÍTULO 6..... 60

ALEITAMENTO MATERNO E VACINAÇÃO COVID-19

Ana Filipa Lérias Ferreira Campeão

Joana Isabel Relvas Cota Mira

Rita Alexandra Barroso Quito

Maria Otília Brites Zangão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2282119086>

SOBRE A ORGANIZADORA..... 72

ALEITAMENTO MATERNO E VACINAÇÃO COVID-19

Data de aceite: 01/07/2021

Data de submissão: 07/06/2021

Ana Filipa Lérias Ferreira Campeão

Hospital do Espírito Santo, EPE. Serviço de
Medicina 1
Évora - Portugal
<https://orcid.org/0000-0001-7766-7119>

Joana Isabel Relvas Cota Mira

Hospital do Espírito Santo, EPE. Serviço de
Medicina 1
Évora - Portugal
<https://orcid.org/0000-0001-7443-7844>

Rita Alexandra Barroso Quito

Hospital do Espírito Santo, EPE. Serviço de
Urgência Geral
Évora - Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-9835-2527>

Maria Otilia Brites Zangão

Comprehensive Health Research Centre
(CHRC), Universidade de Évora, Escola
Superior de Enfermagem São João de Deus
Évora - Portugal
<https://orcid.org/0000-0003-2899-8768>

RESUMO: Introdução: O aleitamento materno traz inúmeros benefícios, não só para a criança, como também para a mãe, sendo recomendado exclusivamente desde o nascimento até aos seis meses de vida. Após o aparecimento do novo vírus SARS-CoV-2, no final do ano de 2019, surgiu no mês de dezembro de 2020 o primeiro

programa de vacinação em massa. No entanto, surgiram também várias dúvidas em relação à concomitante prática de aleitamento materno e vacinação contra este vírus. Objetivo: Perceber se há malefícios na toma da vacina contra a Covid-19 e a amamentação. Métodos: Revisão narrativa da literatura. Foi realizada pesquisa nas bases de dados *Pubmed* e *American Journal of Obstetrics and Gynecology*. Após definidos os descritores e os critérios de inclusão, foram selecionados seis artigos que constituem a amostra final desta revisão. Conclusões: Conclui-se que as vacinas não devem ser recusadas a lactantes que de outra forma satisfaçam os critérios de vacinação, os benefícios da amamentação superam os riscos da administração da vacina para o lactente, devendo esta decisão final ser tomada pela mulher juntamente com os profissionais de saúde, tendo em conta as suas condições de saúde, sociais, familiares e profissionais.

PALAVRAS-CHAVE: (DeCS): Infecções por Coronavirus; Vacinação; Aleitamento Materno; Imunidade Materno-Adquirida; Imunidade Neonatal Adquirida da Mãe.

BREASTFEEDING AND VACCINATION COVID-19

ABSTRACT: Introduction: Breastfeeding has numerous benefits, not only for the child, but also for the mother, being recommended exclusively from birth to six months of life. After the appearance of the new SARS-CoV-2 virus, at the end of 2019, the first mass vaccination program appeared in December 2020. However, several doubts also arose regarding the concomitant practice of breastfeeding and vaccination against

this virus. Objective: To understand if there are any harm in taking vaccines against Covid-19 and breastfeeding. Methods: Narrative literature review. Research was carried out in the Pubmed and American Journal of Obstetrics and Gynecology databases. After defining the descriptors and the inclusion criteria, six articles were selected that constitute the final sample of this review. Conclusions: It is concluded that vaccines should not be refused to breastfeeding mothers who otherwise meet the vaccination criteria, the benefits of breastfeeding outweigh the risks of administering the vaccine to the infant, and this final decision must be made by the woman together with the mothers. health professionals, considering their health, social, family, and professional conditions.

KEYWORDS: (DeCS): Coronavirus Infections; Vaccination; Breast Feeding; Immunity, Maternally-Acquired; Neonatal Immunity, Maternally-Acquired.

1 | INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) recomendam o aleitamento materno exclusivo desde o nascimento até aos seis meses de vida. A composição do leite materno em água, proteínas, lípidos, carboidratos, vitaminas e minerais permite que até aos seis meses todas as necessidades energéticas da criança sejam sustentadas. Dos seis até aos doze ou 24 meses, uma vez que o que o leite materno suporta cerca de um terço destas necessidades energéticas, é recomendado o aleitamento materno complementado com outros alimentos (SARDO, 2016).

De acordo com a OMS, citado por ZUGAIB (2016) o aleitamento materno pode ser classificado das seguintes formas:

- Aleitamento materno: a criança recebe leite humano;
- Aleitamento materno exclusivo: a criança recebe exclusivamente o leite da mãe;
- Aleitamento materno predominante: para além do leite materno, a criança ingere água ou bebidas à base da mesma (chá, infusões,...), sumos de fruta ou outros fluídos;
- Aleitamento materno complementado: a criança ingere, para além do leite materno, outros alimentos (líquidos, sólidos ou semissólidos) ou até mesmo leite não humano, no sentido de complementar a alimentação e não de substituir o leite materno;
- Aleitamento materno misto/parcial: a criança ingere leite materno e outros tipos de leite.

O aleitamento materno traz inúmeros benefícios, não só para a criança, como também para a mãe. Vários estudos demonstram que na criança há uma promoção do crescimento e desenvolvimento cognitivo, prevenção de doenças infecciosas, gastrointestinais e respiratórias, prevenção da obesidade e redução da mortalidade infantil. É ainda descrito que as vantagens do aleitamento materno para a mãe se relacionam com uma redução

do sangramento pós-parto, recuperação do peso pré-gestacional mais rápida, diminuição da prevalência do cancro do ovário, endométrio e mama, entre outros. Para além dos benefícios fisiológicos, o aleitamento materno é de extrema importância a nível emocional, pois promove um fortalecimento do vínculo afetivo entre mãe-bebê, sendo uma forma de comunicação entre ambos (SARDO, 2016).

Em Portugal a amamentação é uma prática recorrente, sendo que cerca de 95% das mães a iniciam logo após o nascimento do bebê. Contudo, vários estudos demonstram que quase metade dessas mães acabam por desistir de amamentar durante o primeiro mês de vida do bebê. Assim, é necessário que continuem a haver medidas que promovam uma melhor taxa de sucesso do aleitamento materno (SARDO, 2016).

A COVID-19 é o nome, atribuído pela Organização Mundial da Saúde, à doença provocada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2, que pode causar infeção respiratória grave como a pneumonia. Este vírus foi identificado pela primeira vez em humanos, no final de 2019, na cidade chinesa de Wuhan, província de Hubei, tendo sido confirmados casos em outros países.

O aparecimento do novo vírus SARS-CoV-2, no final do ano de 2019, levou a que várias dúvidas surgissem no âmbito do aleitamento materno. Apesar da continuidade dos estudos em relação ao tema, até ao momento ainda não há evidência de complicações associadas à presença do vírus e à amamentação, que continua a ser recomendada (RICH, 2020).

No início do mês de dezembro de 2020 iniciou-se o primeiro programa de vacinação em massa e, com o aparecimento da vacina contra o vírus que assolou todo o mundo, surge uma nova questão: Haverá malefícios na toma da vacina contra a Covid-19 e manter a amamentação?

No sentido a dar resposta a esta questão, surge a presente revisão narrativa de literatura, que consiste num método de inclusão de estudos recentes e atuais que permite a identificação dos estudos realizados até ao momento, permitindo a consolidação, para a construção de trabalhos posteriores (SOUZA, FIRMINO, MARQUES-VIEIRA, SEVERINO, PESTANA, 2018). Esta revisão foi importante para mapear o que já tinha sido produzido sobre esta temática, devido a tantas dúvidas e incertezas que existem relacionadas com a vacinação e neste caso associada ao aleitamento materno.

O objetivo deste trabalho foi perceber se há malefícios na toma da vacina contra a Covid-19 e a amamentação.

2 | METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a elaboração da presente revisão narrativa da literatura teve por base as seguintes etapas: escolha do tema para a revisão; pesquisa na literatura, seleção/recolha, leitura e análise da literatura e redação da revisão (SOUZA, FIRMINO,

MARQUES-VIEIRA, SEVERINO, PESTANA, 2018).

A pesquisa foi realizada entre fevereiro e abril de 2021, com pesquisa nas bases de dados *Pubmed* e *American Journal of Obstetrics and Gynecology*. Foram utilizados os descritores “Covid-19”; “Vaccination”; “Breast Feeding”; “Immunity, Maternally-Acquired” e “Neonatal Immunity, Maternally-Acquired” com o operador booleano “AND”. No total, foram encontrados 25 artigos.

Como critérios de inclusão foram definidos os seguintes: artigos no idioma português ou inglês; artigos disponíveis na íntegra; artigos que abordem a vacinação Covid-19 e a amamentação.

Sendo uma temática recente, ainda há poucas pesquisas disponíveis e nesse sentido, não são muito restritivos. Do total dos 25 artigos encontrados, foram descartados 19 por se encontrarem duplicados ou por não preencherem os critérios de inclusão após a leitura do título e resumo. Assim, finalizada a pesquisa, restam seis artigos que constituem a amostra final. Na figura 1 encontra-se o fluxograma correspondente ao processo metodológico.

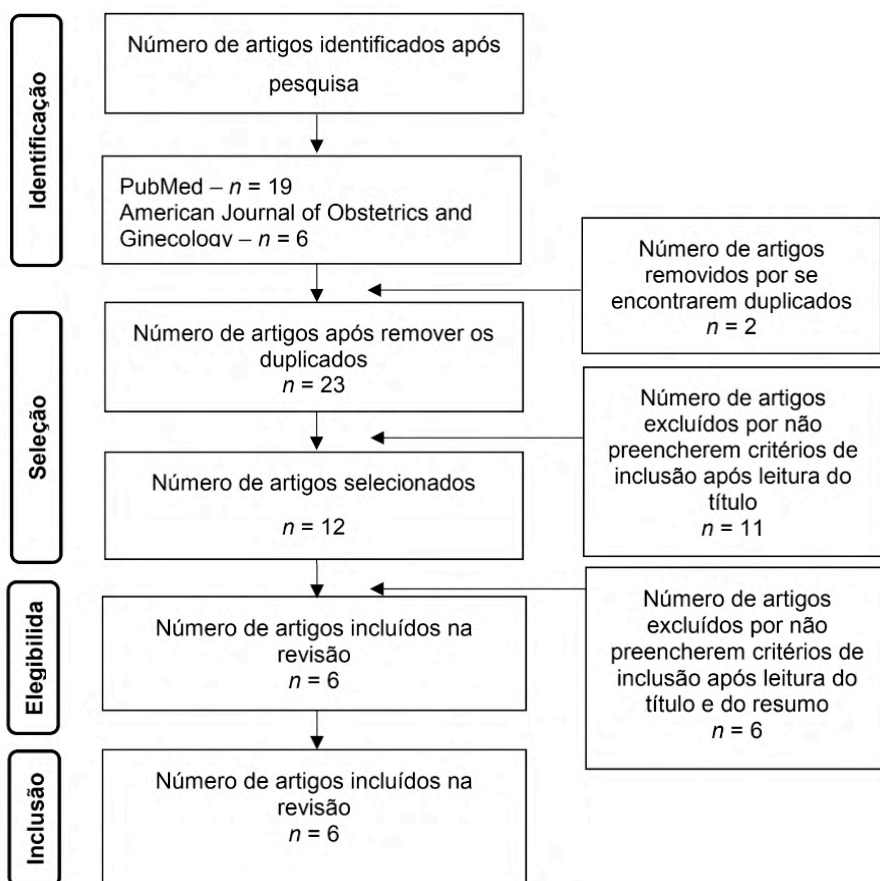


Figura 1 - Fluxograma do processo metodológico da seleção dos artigos.

3 I RESULTADOS

A análise dos resultados ocorreu a partir da organização na tabela 1, correspondente ao resumo da análise dos seis artigos selecionados:

| Autores/ Ano | Título do artigo | Objetivo | Principais resultados |
|---|--|--|--|
| DAVANZO, AGOSTI, CETIN, CHIANTERA, CORSELLO, RAMENGGI, STAIANO, TAVIO, VILLANI, VIOR, MOSCA, 2021. | Breastfeeding and COVID-19 vaccination: position statement of the Italian scientific societies | Perceber qual a posição das sociedades científicas italianas em relação à possibilidade de a amamentação ser compatível com a administração da vacina contra o COVID-19. | Apesar de os conhecimentos acerca da administração da vacina contra o COVID-19 em mulheres que amamentam serem escassos, as sociedades científicas italianas chegaram ao consenso de que os benefícios da amamentação superam os riscos da administração da vacina para o lactente. |
| GRAY, BORDT, ATYEO, DERISO, AKINWUNMI, YOUNG, MEDINA, SHOOK, CVRK, JAMES, DE GUZMAN, BRIGIDA, DIOUF, GOLDFARB, BEBELL, YONKER, FASANO, RABI, ELOVITZ, ALTER, EDLOW, 2021. | COVID-19 vaccine response in pregnant and lactating women: a cohort study | Avaliar a imunogenicidade e reatogenicidade da vacina contra o COVID-19 em mulheres grávidas e lactantes, comparando com mulheres não grávidas e grávidas infetadas com o vírus SARS-CoV- 2. | No que respeita à imunogenicidade, os resultados mostraram que os anticorpos induzidos pela vacina foram equivalentes em grávidas e lactantes, quando comparados com mulheres não grávidas. Em contrapartida, foram superiores em comparação aos anticorpos induzidos pela infeção em mulheres grávidas. Relativamente à reatogenicidade, não foram verificadas diferenças entre os grupos comparados. |
| HARE, WOMERSLEY, 2021. | Why were breastfeeding women in the UK denied the covid-19 vaccine? | Justificar a razão pela qual, no Reino Unido, as mulheres lactantes foram excluídas da vacinação contra o COVID-19. | A posição inicial das entidades resulta da falta de dados seguros, o que não é justificação para a exclusão. Não existe nenhum mecanismo biológico ou científico plausível de como a vacina seja prejudicial para os intervenientes, sendo esta medida vista como demasiado preventiva e/ou imprudente. É agora recomendado às mulheres que amamentam a ter uma “discussão de risco-benefício”, sendo informadas da ausência de dados. |

| | | | |
|---|---|---|--|
| <p>MODI, AYRES-DE-CAMPOS, BANCALARI, BENDERS, BRIANA, DI RENZO, FONSECA, HOD, POON, CORTES, SIMEONI, TSCHERNING, VENTO, VISSER, VOTO, 2021.</p> | <p>Equity in coronavirus disease 2019 vaccine development and deployment</p> | <p>Perceber quais as atuais orientações relativamente à vacinação de mulheres grávidas e lactantes, assim como a justificação da exclusão das mesmas na primeira fase de ensaios clínicos para a vacinação.</p> | <p>As mulheres grávidas e lactantes foram excluídas nos ensaios iniciais, por falta de dados, por orientações inconsistentes e controversas entre países em constante mudança levando à falta de confiança na vacinação sendo a responsabilidade colocada sobre as mulheres ou o seu profissional de saúde. É sugerido que se considerem os dados dos estudos DART, a criação de Planos de Investigação na Gravidez, conhecimento prévio do modo de ação da vacina, a probabilidade de toxicidade ou teratogenicidade e por fim uma colaboração mais estreita antes da libertação de novas vacinas. Os ensaios que terão início em 2021 incluirão mulheres grávidas e lactantes.</p> |
| <p>STAFFORD, PARCHEM, SIBAI, 2021.</p> | <p>The coronavirus disease 2019 vaccine in pregnancy: risks, benefits, and recommendations</p> | <p>Avaliar os riscos, benefícios e recomendações no que respeita à vacinação contra o COVID-19.</p> | <p>Recomenda-se uma discussão abrangente de risco-benefício dada a falta de dados de segurança relativamente à administração da vacina contra o Covid-19 em mulheres grávidas ou a amamentar, sendo está fortemente recomendada em mulheres com risco maior de infeção grave e não recomendado a cessação do aleitamento materno dada a passagem de anticorpos mãe-lactente.</p> |
| <p>ZIPURSKY, GREENBERG, MAXWELL, BOGLER, 2021.</p> | <p>Pregnancy, breastfeeding, and the SARS-CoV-2 vaccine: an ethics-based framework for shared decision-making</p> | <p>Perceber quais são as orientações éticas que apoiam a tomada de decisão no que respeita à vacinação em mulheres grávidas e lactantes.</p> | <p>Apesar da escassez de estudos, os autores defendem a vacinação em mulheres grávidas ou a amamentar e recomendam que a vacinação seja uma escolha da mulher em discussão com os profissionais de saúde, respeitando a sua liberdade individual e direitos fundamentais.</p> |

Tabela 1 – Apresentação da análise dos artigos.

4 | DISCUSSÃO

Com o aparecimento do vírus SARS-CoV-2 no final do ano de 2019, a sua rápida progressão mundial e conseqüente classificação como pandemia em Março de 2020, houve uma necessidade urgente de terapêuticas e vacinas para tratar e prevenir a doença por SARS-CoV-2 e os seus efeitos na estrutura económica global, conduzindo a múltiplos

estudos em busca de encontrar ferramentas eficazes para combater esta doença.

Em março de 2021, foram autorizadas por autoridades reguladoras para uso público, e com o intuito de prevenir infecções sintomáticas por SARS-CoV-2, doze vacinas que demonstraram uma eficácia de até 95%, tendo sido nos vários países, implementadas fases de distribuição das mesmas.

O ano de 2020 ficará, portanto, marcado como um momento histórico em que se evidenciou a mestria crescente da ciência biomédica relativamente a grandes agentes patogênicos de escala mundial dado o rápido desenvolvimento de testes diagnósticos, otimização de tratamentos, desenvolvimento de vacinas. Ainda assim, este êxito em termos científicos veio expor fraquezas e alargar as desigualdades baseadas no género, ao excluir mulheres grávidas e a amamentar de toda esta inovação e descoberta (MODI, AYRES-DE-CAMPOS, BANCALARI, BENDERS, BRIANA, DI RENZO, FONSECA, HOD, POON, CORTES, SIMEONI, TSCHERNING, VENTO, VISSER, VOTO, 2021).

Ainda assim e, “apesar da velocidade impressionante com que os investigadores planearam e iniciaram os testes e administração destas vacinas, menos impressionante é a constante exclusão de mulheres grávidas ou a amamentar, dos mesmos” (STAFFORD, PARCHEM, SIBAI, 2021). A isto acresce ainda a hesitação populacional relativamente à segurança e eficácia da vacina contra o SARS-CoV-2, tornando-se esta hesitação ainda mais evidente quando nos referimos a mães receosas de prejudicar os seus lactentes com possíveis efeitos secundários e/ou nefastos desta vacina.

Importa reforçar o benefício de ser inoculado contra o SARS-CoV-2, sendo que as vacinas protegem contra o desenvolvimento de uma forma grave da doença e as suas consequências ou sequelas, como resultado do desenvolvimento de uma resposta imune ao vírus e que irá ajudar a pessoa a combatê-lo se exposto, podendo proteger as pessoas ao seu redor ao ser menos provável que infecte outra pessoa, tornando-se isto particularmente importante na proteção de pessoas com risco aumentado de doenças graves por SARS-CoV-2 ou grupos demograficamente mais suscetíveis, como prestadores de cuidados de saúde, idosos, pessoas com outras condições médicas e crianças (STAFFORD, PARCHEM, SIBAI, 2021).

Como risco, há que referir, de acordo com os estudos realizados até ao momento, os efeitos secundários comunicados das vacinas contra o SARS-CoV-2 que correspondem maioritariamente a sintomas ligeiros a moderados e de curta duração, que incluem febre, fadiga, cefaleias, mialgias, calafrios, dejeções líquidas e dor no local de administração, e cuja probabilidade de ocorrência difere consoante a vacina específica contra o SARS-CoV-2. A ocorrência de efeitos secundários mais graves ou de maior duração após a vacinação é possível, mas extremamente rara, sendo que estas são monitorizadas de forma contínua para detetar efeitos adversos raros (STAFFORD, PARCHEM, SIBAI, 2021).

No que respeita a pessoas grávidas, a vacinação poderá impedir a progressão para uma forma grave da doença que poderia levar a situações como partos pré-termo,

estando igualmente comprovado que a inoculação não representará riscos ou danos para o feto. Além disso, e respeitante à prática do aleitamento materno, “um estudo recente da *Academy of Breastfeeding Medicine* não recomenda cessação de amamentação em mulheres que são vacinadas contra SARS-CoV-2, pois anticorpos e Células T estimuladas pela vacina podem ser transferidas para o leite materno, protegendo assim a criança da infecção por SARS-CoV-2” (ZIPURSKY, GREENBERG, MAXWELL, BOGLER, 2021).

Associações como a *Academy of Breastfeeding Medicine* e a *American College of Obstetricians and Gynecologists* concordam, então, que a vacinação não representa qualquer risco para o recém-nascido, dado que o mRNA relacionado com a vacina não foi detetado nos estudos iniciais do leite materno e não foi identificado nenhum mecanismo plausível de dano neonatal. Com base na biologia de outras vacinas, existe ainda um potencial benefício para o lactente se a imunoglobulina estimulada pela vacina passar pelo leite materno e fornecer proteção adicional contra a infecção por SARS-CoV-2 (STAFFORD, PARCHEM, SIBAI, 2021).

Inclusive, num estudo realizado entre Dezembro de 2020 e Março de 2021, relativamente à reatogenicidade e imunogenicidade da vacina, em que foi utilizada como amostra uma amostra de grávidas, não grávidas, lactentes e grávidas infetadas com SARS-CoV-2, todas vacinadas, os resultados mostraram que os anticorpos induzidos pela vacina foram equivalentes em mulheres grávidas e lactantes, quando comparados com mulheres não grávidas. Em contrapartida, o nível de anticorpos induzidos pela vacina foi superior em comparação aos anticorpos induzidos pela infecção em mulheres grávidas (GRAY et al., 2021 GRAY, BORDT, ATYEO, DERISO, AKINWUNMI, YOUNG,...EDLOW, 2021).

No caso das mulheres lactantes foi observado que os níveis de anticorpos aumentaram significativamente, resultando na passagem dos mesmos para o recém-nascido através do leite materno, o que é de extrema importância uma vez que estes anticorpos têm um papel crucial no que respeita à imunidade neonatal contra agentes patogénicos (GRAY, BORDT, ATYEO, DERISO, AKINWUNMI, YOUNG,...EDLOW, 2021).

A *American College of Obstetricians and Gynecologists* afirma mesmo que “as vacinas não devem ser recusadas a lactantes que de outra forma satisfaçam os critérios de vacinação”. Também o *Advisory Committee on Immunization Practices*, aprovado pelo *Center for Disease Control*, concordou desde o início que as mulheres que amamentam poderiam optar por receber ou recusar a vacina *Pfizer*, *BioNTech* (HARE, WOMERSLEY, 2021).

Por sua vez, e em dezembro de 2020, a *Canadian National Advisory Committee on Immunization* defende que “os dados resultantes dos ensaios clínicos não comprovam a segurança da vacina SARS-CoV-2 entre grávidas ou mulheres a amamentar, mas também não confirmam que esta prejudique a grávida, o feto e a criança. É, portanto, recomendado que, eticamente, só se evite a vacinação em casos que sejam esperados danos maternos ou fetais, claros, substanciais ou iminentes” (ZIPURSKY, GREENBERG, MAXWELL,

BOGLER, 2021).

A maioria dos autores é, portanto, unânime na decisão de não excluir este grupo demográfico na vacinação contra o SARS-CoV-2 pois, a segurança das mulheres que amamentam parece tranquilizadora, sem razão para suspeitar que a administração da vacina poderá levar a quaisquer efeitos adversos ou alterações nocivas na lactação ou saúde da criança, defendendo que, apesar da sua já referida exclusão em qualquer das fases de testes, “a vacinação deverá ser recomendada a grávidas e mulheres a amamentar, devendo ainda estes grupos ser incluídos nos grupos prioritários de vacinação” (STAFFORD, PARCHEM, SIBAI, 2021).

Assim, e ainda que nos ensaios das vacinas *Pfizer*, *AstraZeneca*, e *Moderna* não tenham participado mulheres a amamentar, e não existindo, assim, atualmente dados seguros específicos disponíveis, esta ausência de dados não poderá ser justificção válida para a sua exclusão da vacinação, já que não foi comprovado nenhum mecanismo biológico plausível em que uma vacina inativada e recombinada, poderia causar danos a um bebê amamentado (HARE, WOMERSLEY, 2021).

Dessa forma, preocupações que possa haver relativamente à segurança da vacinação em mulheres que amamentam não superam os potenciais benefícios de receber a vacina, não estando comprovada a necessidade de protelar o início ou descontinuar o aleitamento materno em doentes que recebem a vacina contra o SARS-CoV-2 (STAFFORD, PARCHEM, SIBAI, 2021).

Também em Itália, reuniram-se várias Sociedades Científicas chegando a um consenso relativamente à compatibilidade entre a vacina e o aleitamento materno, havendo unanimidade geral de que os benefícios da amamentação superam os riscos da administração da vacina para o lactente, devendo esta decisão de vacinação ser tomada pela mulher e com acordo mútuo com os profissionais de saúde que a acompanham, tendo em conta as suas condições de saúde, sociais, familiares e profissionais (DAVANZO, AGOSTI, CETIN, CHIANTERA, CORSELLO, RAMENGI, STAIANO, TAVIO, VILLANI, VIORA, MOSCA, 2021).

É, portanto, importante que “os prestadores de cuidados de saúde e os pacientes usem uma abordagem de tomada de decisão partilhada para guiar a sua tomada de decisão” em que sejam apresentados e contrabalançados os riscos ou benefícios da inoculação e cabendo à mulher tomar a decisão final (ZIPURSKY, GREENBERG, MAXWELL, BOGLER, 2021).

Comprovou-se que, quando as mulheres se viram confrontadas com a decisão de parar de amamentar ou não ser vacinadas, muitas sentiam-se em conflito pessoal e profissional pois “deixar de amamentar abruptamente não é como cancelar uma assinatura: está associada a emoções negativas, conhecidas como o luto da amamentação - risco de ingurgitamento e mastite, bem como ser uma transição física e emocional súbita para uma criança”, sendo que, ao consentir ser vacinada, a mulher que amamenta “deve

ser informada sobre a ausência de dados de segurança para a vacina em mulheres que amamentam” (HARE, WOMERSLEY, 2021).

Há que respeitar sempre a autonomia individual e ter em conta os princípios de beneficência e não maleficência, sendo que privar alguém da toma da vacina vai contra os mesmos e representa um desrespeito pela liberdade individual já que pessoas grávidas ou a amamentar têm o direito decidir sobre o bem-estar próprio, do feto ou do lactente (ZIPURSKY, GREENBERG, MAXWELL, BOGLER, 2021).

5 | CONCLUSÃO

O aleitamento materno é considerado o tipo de alimentação ideal para os recém-nascidos de termo saudáveis e para os recém-nascidos pré-termo ou com patologia.

O leite materno é um alimento vivo, completo e natural que possui a composição nutricional perfeitamente ajustada às necessidades do bebé. Sofre alterações ao longo do tempo, respondendo à crescente exigência de nutrientes que ocorre com o crescimento. Para além de nutrientes possui outras substâncias com capacidade imunomoduladora, bem como centenas de espécies de bactérias benéficas, tornando o leite materno inimitável. É adequado a quase todos os recém-nascidos, sendo raras as exceções. O aleitamento materno exclusivo durante os primeiros seis meses de vida ajuda à formação de uma estreita relação entre a mãe e o bebé. O contacto e a atenção ajudam o bebé a sentir-se seguro e amado, o que é de extrema importância para a sua saúde, o seu crescimento e desenvolvimento (ALMEIDA, COSTA, GRAÇA, MENEZES, MOTA, OLIVEIRA, ÓRFÃO, TORRAL, VICENTE, SILVA, 2015).

Em dezembro de 2020 iniciou-se vacinação em massa contra a COVID-19, sendo que nos estudos e ensaios clínicos realizados não foram incluídas mulheres grávidas e a amamentar, o que leva a questões relativamente à segurança da vacinação nas mesmas, uma vez que não há evidência científica.

Assim, dos artigos científicos apresentados podemos concluir que a vacinação não deve ser negada apenas porque as mulheres se encontram a amamentar, nem pela ausência de informação válida, uma vez que não existe nenhum mecanismo biológico plausível de risco neonatal, dado que o mRNA relacionado com a vacina não foi detetado no leite materno nos estudos iniciais e existindo ainda um potencial benefício para o lactente se a imunoglobulina estimulada pela vacina passar pelo leite materno.

Conclui-se também que os anticorpos induzidos pela vacina foram equivalentes em mulheres grávidas e lactantes quando comparados com mulheres não grávidas, o nível de anticorpos induzido pela vacina foi superior em comparação aos anticorpos induzidos pela infeção em mulheres grávidas e ainda, especificamente nas mulheres lactantes foi observado que os níveis de anticorpos aumentaram significativamente, resultando na passagem dos mesmos para o recém-nascido através do leite materno.

Assim, as vacinas não devem ser recusadas a lactantes que de outra forma satisfaçam os critérios de vacinação e que eticamente, só se evite em casos que sejam esperados danos maternos ou fetais claros, sendo que a maioria dos autores defende a decisão de não excluir este grupo demográfico na vacinação colocando-os ainda nos prioritários da vacinação.

Face ao conhecimento atual, os benefícios da amamentação superam os riscos da administração da vacina para o lactente, devendo esta decisão final ser tomada pela mulher juntamente com os profissionais de saúde, tendo em conta as suas condições de saúde, sociais, familiares e profissionais, os princípios de beneficência e não maleficência e o respeito pela liberdade individual.

Por fim, sabemos também que os ensaios iniciados em 2021 já incluíram mulheres grávidas e lactantes, nomeadamente no Brasil, segundo a Nota Técnica nº467/2021-CGPNI/DEIDT/SVS/MS, de 27/04/2021, a mesma refere que “no caso da puérpera, ao ser vacinada, na condição de lactante deverá ser orientada a não interromper o aleitamento materno” (FANTINATO, CRUZ, 2021).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C.; COSTA, F.; GRAÇA, P.; MENEZES, B.; MOTA, E.; OLIVEIRA, D.; ÓRFÃO, A.; TORGAL, L. A.; VICENTE, F. L.; SILVA, J. A. **Programa nacional para a vigilância da gravidez de baixo risco.** In *Direção Geral da Saúde*. Lisboa: Gráfica Maiadouro, 2015. Disponível em: <http://nocs.pt/wp-content/uploads/2016/01/Programa-Nacional-Vigilancia-Gravidez-Baixo-Risco-2015.pdf>.

DAVANZO, R.; AGOSTI, M.; CETIN, I.; CHIANTERA, A.; CORSELLO, G.; RAMENGGI, LA.; STAIANO, A.; TAVIO, M.; VILLANI, A.; VIORA, E.; MOSCA, F. **Breastfeeding and COVID-19 vaccination: position statement of the Italian scientific societies.** *Italian Journal of Pediatrics*. 2021; 47:45. <https://doi.org/10.1186/s13052-021-00998-6>. Disponível em: <https://ijponline.biomedcentral.com/track/pdf/10.1186/s13052-021-00998-6.pdf>.

GRAY, K. J.; BORDT, E. A.; ATYEO, C.; DERISO, E.; AKINWUNMI, B.; YOUNG, N.;... EDLOW, A.G. **COVID-19 vaccine response in pregnant and lactating women: a cohort study.** *American Journal of Obstetrics and Gynecology*. 2021. doi: <https://doi.org/10.1016/j.ajog.2021.03.023>. Disponível em: <https://www.ajog.org/action/showPdf?pii=S0002-9378%2821%2900187-3>.

HARE, H.; WOMERSLEY, K. **Why were breastfeeding women in the UK denied the covid-19 vaccine?** *BMJ*. 2021; 372: n4. <https://doi.org/10.1136/bmj.n4>. Disponível em: <https://www.bmj.com/content/bmj/372/bmj.n4.full.pdf>.

MODI, N.; AYRES-DE-CAMPOS, D.; BANCALARI, E.; BENDERS, M.; BRIANA, D.; DI RENZO, G. C.; FONSECA, E. B.; HOD, M.; POON, L.; CORTES, M. S.; SIMEONI, U.; TSCHERNING, C.; VENTO, M.; VISSER, G. H. A.; VOTO, L. **Equity in coronavirus disease 2019 vaccine development and deployment.** *American Journal of Obstetrics and Gynecology*. 2021; 423-427. <https://doi.org/10.1016/j.ajog.2021.01.006>. Disponível em: <https://www.ajog.org/action/showPdf?pii=S0002-9378%2821%2900029-6>.

RICH, M. **Amamentar com segurança durante a pandemia de Covid-19.** UNICEF. 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/amamentar-com-seguranca-durante-pandemia-de-covid-19>.

SARDO, D. **Promover e apoiar a amamentação**. In NÉNÉ, M.; MARQUES, R.; BATISTA, A.B. *Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica*. 473-480. Lisboa: Lidel, 2016.

STAFFORD, I. A.; PARCHEM, J. G.; SIBAI, B. M. **The coronavirus disease 2019 vaccine in pregnancy: risks, benefits, and recommendations**. *American Journal of Obstetrics and Gynecology*. Maio 2021. 484-495. <https://doi.org/10.1016/j.ajog.2021.01.022>. Disponível em: <https://www.ajog.org/action/showPdf?pii=S0002-9378%2821%2900077-6>.

SOUSA, L. M. M.; FIRMINO, C. F.; MARQUES-VIEIRA, C. M. A.; SEVERINO, S. S. P. S.; PESTANA, H. C. F. C. **Revisões da literatura científica: tipos, métodos e aplicações em enfermagem**. *Revista Portuguesa de Enfermagem de Reabilitação*. 2018. 1(1),45-54. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/232112845.pdf>.

FANTINATO, F.; CRUZ, L. **Nota técnica no 467/2021**- CGPNI/DEIDT/SVS/MS. Ministério da Saúde: Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações. 2021. 1–5. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/abril/27/nota-tecnica-467-2021-cgpn-deidt-svs-ms.pdf>.

ZIPURSKY, J. S.; GREENBERG, R. A.; MAXWELL, C.; BOGLER, T. **Pregnancy, breastfeeding and the SARS-CoV-2 vaccine: an ethics-based framework for shared decision-making**. *Canadian Medical Association Journal*. 2021 March. 193(9), 312-314. <https://doi.org/10.1503/cmaj.202833>. Disponível: <https://www.cmaj.ca/content/cmaj/193/9/E312.full.pdf>.

ZUGAIB, M. **Obstetrícia**. 3ª edição; 487-519. Barueri: Editora Manole Ltda, 2016.

SOBRE A ORGANIZADORA

MARIA OTÍLIA BRITES ZANGÃO - Concluiu o Doutorado em Enfermagem em 2014 pela Universidade Católica Portuguesa, Mestrado em Human Ecology em 2003 pela Universidade de Évora, possui duas pós-graduações, uma em Psicologia da Gravidez e da Maternidade desde 2004 pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada de Lisboa, outra em Administração de Unidades de Saúde desde 2017 pela Universidade de Évora e Licenciatura em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica em 1999 pela Universidade de Évora - Escola Superior de Enfermagem de São João de Deus. É formadora em Aleitamento Materno com a Especialização em Formador e Conselheira em Aleitamento Materno desde 2010 pela Escola Superior de Enfermagem de Lisboa. É Professor Adjunto na Universidade de Évora Escola Superior de Enfermagem de São João de Deus, Diretora do Curso de Mestrado em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica na Universidade de Évora - Escola Superior de Enfermagem de São João de Deus e investigadora no Centro de Investigação - Comprehensive Health Research Centre (CHRC). Publicou artigos em revistas especializadas. Possui capítulos de livros. Organizou e participou como palestrante em vários eventos. Orientou dissertações de mestrado/doutoramento. Recebeu prémios e/ou homenagens. Participa e/ou participou como investigador em 3 projetos financiados. Atua nas áreas de Ciências Médicas e da Saúde com ênfase em Ciências da Saúde, destacando a área de Enfermagem, Educação em Enfermagem, Aleitamento Materno, Saúde Materna, Obstétrica/Ginecológica e Violência.



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

PESQUISA EM ALEITAMENTO MATERNO:

Empoderar o enfermeiro



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

PESQUISA EM ALEITAMENTO MATERNO:

Empoderar o enfermeiro